



Crédito de R\$ 688 mi contra calamidades passa em Plenário

Senadores aprovaram ontem a Medida Provisória 569/12, que abre crédito especial para três ministérios desenvolverem ações de combate à seca no Nordeste e aos efeitos das chuvas intensas em outras regiões. Plenário também confirmou operações de crédito externo no valor de US\$ 1,22 bi

Dos R\$ 688 milhões previstos na MP, R\$ 400 milhões cabem ao Ministério da Integração Nacional para ações de ajuda a vítimas de calamidades, como compra

de cestas básicas e distribuição de água. Outros R\$ 238,5 milhões vão para o Ministério do Desenvolvimento Social garantir o acesso de 350 mil crianças a creches. Mais R\$ 50 milhões des-

tinam-se ao Ministério da Defesa para custear ações de defesa civil. Os senadores ainda aprovaram empréstimos externo de estados, municípios e União somando US\$ 1,22 bilhão. **5**

Polêmica tira de pauta projeto sobre crimes cibernéticos **4**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Após acordo em comissão para tramitação em urgência, Eduardo Braga (E) propõe que Plenário retire de pauta projeto que Aloysio Nunes (C) critica devido à simultaneidade com o novo Código Penal

Paulo Preto nega ter pedido dinheiro para o PSDB. Cavendish fica calado **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Paulo Preto fala na CPI do Cachoeira, ao lado de Paulo Teixeira e Vital do Rêgo

Brasil deve ganhar regras para descarte de medicamentos **9**

Acolhida em primeiro turno criação de TRF em Minas **5**

Locador pode ficar livre de responsabilidade solidária **10**

Após longas negociações, MP do Código Florestal é aprovada em comissão **7**



Gerardo Magela/Agência Senado

Jorge Viana, Sérgio Souza e Luiz Henrique: aprovação unânime do relatório

Comissão aprova assistência psicossocial a PM e bombeiro **11**



Márcia Kallume/Agência Senado

Recondução de conselheiro do CNMP tem vitória apertada **11**

Senadores querem evitar novas greves em universidades **8**

Ângela Portela e Cristovam Buarque participam de audiência acompanhada por servidores públicos

Organizações profissionais podem ajudar no combate à homofobia **12**

Parlatino conclui hoje reuniões das comissões

Encontro iniciado ontem no Interlegis reúne 67 parlamentares dos 21 países que integram o Parlamento Latino-Americano para discutir temas como sistemas de saúde e leis de doação de órgãos

O PARLAMENTO LATINO-AMERICANO (Parlatino) reuniu-se ontem no Senado brasileiro, com 67 parlamentares dos 21 países que integram o bloco, para debater temas como sistemas de saúde, políticas públicas para pessoas com deficiência, comercialização de produtos sem eficiência comprovada pela medicina, leis de doação de órgãos, combate à violência contra a mulher, direitos da população carcerária e autonomia do sistema judiciário.

Depois da cerimônia de abertura no Interlegis, o evento continuou nos Plenários da Câmara dos Deputados, com reuniões das comissões de Saúde, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Hoje haverá reuniões das comissões de Meio Ambiente e de Saúde.

As conclusões das reuniões serão submetidas à consideração da Junta Diretora e, se pertinentes, os temas serão

submetidos à assembleia em forma de acordos, declarações ou resoluções e encaminhados posteriormente aos países-membros para que façam as modificações necessárias para inclusão na legislação deles.

— Precisamos fazer esse Parlamento ter voz — disse o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente do Grupo Brasileiro no Parlatino.

Cenário mundial

Flexa considera imprescindível que a América Latina fortaleça as relações entre seus países, para ganhar espaço no cenário mundial. Também participaram da cerimônia de abertura o vice-presidente do Parlatino pelo Uruguai, senador Carlos Baraibar, e o 1º secretário do Senado brasileiro, Cícero Lucena (PSDB-PB). O próximo encontro está previsto para o fim de novembro, no Panamá.

O Parlatino é uma organi-

zação regional, permanente e unicameral, integrada por representantes dos congressos e assembleias legislativas dos estados participantes, democraticamente constituídos na América Latina. O Brasil, membro desde a fundação do bloco, há 48 anos, é o atual líder do bloco, cuja sede fica no Panamá.

As reuniões do Parlatino acontecem duas vezes ao ano, com integrantes do Parlamento e especialistas técnicos, a fim de obter soluções para elaboração de projetos de lei. Treze comissões permanentes tratam de saúde, direitos humanos, meio ambiente, turismo, agricultura e defesa do consumidor.

Entre propostas elaboradas pelo Parlatino, destacam-se o projeto de lei sobre o terrorismo e o anteprojeto de lei sobre a prevenção, mitigação e atenção de desastres de origem natural.



Fonte: Associação/Agência Senado

Sarney recebe dirigente da associação de transporte ferroviário, Rodrigo Vilaça

Sarney é convidado para debate sobre transporte ferroviário

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente executivo da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários, Rodrigo Vilaça, que o convidou para participar do seminário Brasil nos Trilhos 2012.

Vilaça definiu o evento como um valioso debate no momento em que o Brasil trabalha para ampliar e integrar seu transporte ferroviário, visto como fundamental para que a economia cresça com sustentabilidade, sem o risco

de sofrer colapso.

O seminário será realizado nos dias 4 e 5 de setembro. Rodrigo Vilaça disse que a presença de Sarney é importante na discussão de ações para incrementar o setor e para o debate sobre o futuro da Ferrovia Norte-Sul, iniciada em seu governo.

Quando concluída, a Norte-Sul terá 1.980 quilômetros de extensão e cortará os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senadores Flexa Ribeiro e Cícero Lucena ouvem o vice-presidente do Parlatino pelo Uruguai, senador Carlos Baraibar

Capiberibe cobra solução para conflito com índios caiúá

João Capiberibe (PSB-AP) apelou às autoridades para o restabelecimento da paz em Paranhos (MS), que registra uma situação de conflito entre fazendeiros e os índios guarani-caiúá.

— Desde 1º de agosto, a situação é de conflito aberto, em que um lado está condenado ao massacre e extermínio.

O senador explicou que a questão se acirrou com a ocupação pacífica por 400 índios de parte da terra homologada em dezembro de 2009, mas ocupada por fazendeiros.

Para Petecão, governo brasileiro deve ser mais duro com a Bolívia

Sérgio Petecão (PSD-AC) afirmou que o Brasil deveria “endurecer o jogo” contra o governo boliviano. Segundo o senador, o presidente Evo Morales se recusa a conceder salvo-conduto para que o senador boliviano Róger Pinto Molina venha para o Brasil. Opositor do governo de Evo, Molina está refugiado na embaixada brasileira em La Paz há mais de 90 dias.

Petecão também denunciou o uso de grampos telefônicos ilegais no Acre contra adversários do governo estadual.

Tomás pede apoio a empreendedores inadimplentes

Tomás Correia (PMDB-RO) pediu apoio a milhares de empreendedores, especialmente pequenos e médios, que não conseguem quitar débitos com os fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO).

Segundo o senador, os empresários pagam tributos elevados e deveriam ser mais bem tratados pelos órgãos públicos. Cerca de 9 mil empresas em Rondônia não conseguem pagar as dívidas com o FNO e esperam do governo a renegociação dos débitos, disse.



Índios correm risco, diz Capiberibe



Petecão critica presidente Evo Morales



Segundo Tomás, tributos são altos

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: TRF em Minas Gerais

9h30 Na pauta, segunda sessão de discussão da proposta (PEC 65/12) que cria Tribunal Regional Federal em Belo Horizonte.

PRESIDÊNCIA: Orçamento 2012

10h30 José Sarney preside a sessão; às 12h, recebe a presidente do Grupo EDP no Brasil, Ana Maria Fernandes; às 15h, recebe da ministra do Planejamento, Miriam Belchior o projeto de Lei Orçamentária 2013. Às 16h, recebe o presidente da CNBB, dom Raymundo Damasceno.

CRA: Venda ilegal de agrotóxicos

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto que torna crime a venda ilegal de agrotóxicos e a proposta que concede descontos nas tarifas de energia elétrica para irrigação e aquicultura.

CDH: Fundos de pensão

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate os fundos de pensão.

CÓDIGO DO CONSUMIDOR: Comissão

9h Instalação da comissão especial interna que propõe alterações no Código de Defesa do Consumidor.

CCJ: Regras para concurso público

10h Projeto que disciplina a realização dos concursos públicos é tema de debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CE: Educação básica em discussão

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência pública para debater o tema “Educação básica: responsabilidade do governo federal?”. A audiência faz parte do ciclo de debates sobre educação e federalismo.

FGTS: Relatório está pronto

11h30 Apresentação do relatório preliminar da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h30, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ex-diretor da Dersa e o contador Gilmar Carvalho Moraes falam aos parlamentares da comissão, mas Fernando Cavendish, ex-presidente da Delta, se cala e é dispensado



Paulo Vieira de Souza (E) depõe, ao lado do vice-presidente da CPI, deputado Paulo Teixeira, do presidente, senador Vital do Rêgo e do relator, Odair Cunha

Na CPI, Paulo Preto nega ter pedido dinheiro para campanha do PSDB

EM DEPOIMENTO À Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista do Cachoeira, o engenheiro Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da Dersa, estatal rodoviária de São Paulo, negou informações publicadas pela imprensa de que o pedido dele de mais verbas para obras do Rodoanel, na capital paulista, seria para uso em campanha eleitoral do PSDB em 2010.

O engenheiro, conhecido como Paulo Preto, falou à comissão por mais de seis horas, sem a assistência de um advogado. Paulo Vieira foi diretor da Dersa de 2007 a 2010, quando foi exonerado pelo então governador Alberto Goldman, do PSDB, segundo ele, por questões pessoais.

— Ele não gostava de mim como gestor — opinou Paulo Vieira.

O ex-diretor da Dersa informou que nunca foi filiado a partidos políticos, nem atuou na área financeira de nenhuma campanha política, mas admitiu que fez uma doação de R\$ 5 mil à última campanha de Geraldo Alckmin (PSDB).

As acusações contra Paulo Vieira de Souza foram minimizadas na terça-feira pelo ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot. Ele confirmou que Paulo de Souza o pediu para assinar um termo de ajustamento de conduta (TAC), com

anuência do Ministério Público Federal (MPF), de R\$ 264 milhões para a conclusão do eixo sul do Rodoanel de São Paulo, mas negou ter dito que parte desse dinheiro seria desviada para as campanhas eleitorais. Segundo Pagot, a informação não passou de uma “conversa de bêbado em botequim”.

Paulo Preto disse que não pressionou Pagot para assinar o TAC, apenas fez “ato de gestão”.

— A obra do Rodoanel foi feita por empreitada global, por isso entendo que nem caberia aditivo. Mas TCU e Ministério Público entenderam diferente — disse.

De acordo com o ex-diretor, a única obra da construtora

Delta — que segundo a Polícia Federal repassava dinheiro a empresas de fachada ligadas a Cachoeira — relacionada à Dersa foi o lote 2 da Marginal Tietê, com dois aditivos, mas sem a existência de nenhuma irregularidade. Ele informou ter encontrado duas vezes com o então presidente da empreiteira, Fernando Cavendish, e não recebeu nenhum pedido.

Ressentimentos

A pedido do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), o engenheiro elaborou uma lista com seus “detratores”, entre eles, as revistas *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*; o vice-presidente do PSDB, Eduardo

Jorge, que teria dito à imprensa que Paulo Vieira sumira com R\$ 4 milhões arrecadados para a campanha de José Serra à Presidência em 2010; e a delegada Nilze Baptista, que o prendeu sob acusação de portar uma joia roubada.

O engenheiro também se mostrou ressentido com a presidente da República, Dilma Rousseff, a qual, segundo ele, indagou ao adversário José Serra, num debate na TV, onde estaria um assessor que levou R\$ 4 milhões da campanha do PSDB.

— Espero imensamente que a presidente, um dia, reconsidere essa postura, porque foi numa campanha — disse.

Troca de acusações entre membros de partidos dá a reunião clima tenso

A reunião da CPI começou com o clima tenso. O líder do PT na Câmara, deputado Gilmar Tatto (SP), fez duras críticas ao PSDB e afirmou que o partido estava “sangrando” em razão do envolvimento de nomes ligados à legenda nas irregularidades investigadas pela CPI. O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) reagiu dizendo que as acusações são absurdas e que o PSDB estava sendo agredido sem razão.

— Esta CPI não pode ter coloração partidária — disse.

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), por sua vez, acusou o deputado José de Filippi (PT-SP), ex-tesoureiro da campanha da presidente Dilma Rousseff, de improbidade administrativa por ter ido ao Dnit pedir uma lista de possíveis doadores.

— Quem sangra é o PT, quando se descobre que o braço financeiro da organização criminosa de Cachoeira era a empresa Delta, grande parceira da mãe do PAC — retrucou.

MUNIDO DE HABEAS CORPUS, CAVENDISH FICA CALADO

O empreiteiro Fernando Cavendish, ex-presidente da Delta Construções, munido de *habeas corpus* preventivo obtido no Supremo Tribunal Federal, evocou o direito de ficar calado.

Antes de ser dispensado pelo presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), Cavendish foi confrontado pelo líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), que informou ter feito uma interpelação judicial acerca da declaração do empreiteiro segundo a qual “compra um senador por R\$ 6 milhões”. De acordo com o senador, a Justiça do Rio de Janeiro alegou não ter conseguido localizar Cavendish, então Alvaro perguntou sobre políticos supostamente comprados. — Só responderei sobre esse assunto no momento oportuno — disse Cavendish.

“Laranja” entra em programa de proteção

O contador Gilmar Carvalho Moraes e a ex-mulher dele, Roseli Pantoja, serão incluídos no Programa de Proteção à Testemunha do Ministério da Justiça a pedido da CPI mista do Cachoeira.

Acusados de possuir empresas-fantasma, eles alegam que estão sofrendo ameaças de morte. Roseli, em seu depoimento à CPI, disse desconhecer ser dona de qualquer empresa a não ser de um *box* em uma feira no Distrito Federal. Na ocasião, o relator, Odair Cunha (PT-MG), concluiu que ela teve o nome usado indevidamente.

Gilmar depôs ontem e disse que vinha sendo ameaçado por Valdeir Fernandes Cardoso, para quem devia R\$ 7 mil, e foi obrigado a atuar como “laranja” ao dar entrada em processos para constituição de pelo menos quatro empresas.

— Tinha consciência que estava fazendo algo errado, mas não tinha saída. Tenho certeza de que Valdeir usou meus documentos.

Pagot diz que foi vítima de complô

O ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot afirmou em depoimento anteontem que “um contraventor, um agente de uma empresa e um jornalista” se uniram para tirá-lo do governo. Ele se referia, respectivamente, a Carlinhos Cachoeira, ao representante da Delta Centro-Oeste, Cláudio Abreu, e ao chefe da sucursal da revista *Veja* em Brasília, Policarpo Junior. Pagot foi diretor-geral do Dnit de 2007 a 2011. No início da reunião, o relator, Odair Cunha lembrou que interceptações telefônicas mostram Cachoeira e Abreu comemorando a saída de Pagot do Dnit.

Ana Amélia elogia postura de ministros do STF

Ana Amélia (PP-RS) elogiou a postura dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber, Cármen Lúcia e Luiz Fux, indicados por presidentes petistas, que votaram com independência no julgamento dos principais envolvidos com o escândalo do mensalão.

Para a senadora, eles provaram que não importa a indicação, pois votaram



Waldemir Barreto/Agência Senado

como juristas especializados, mostrando não ser necessário mudar o processo de indicação para o cargo.

Ana Amélia também ressaltou o trabalho de Luiz Henrique (PMDB-SC), Jorge Viana (PT-AC) e Waldemir Moka (PMDB-MS) na votação da Medida Provisória (MP 571/12) do Código Florestal.

Peluso deveria antecipar voto, defende Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) disse esperar que o ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), antecipasse ontem seu voto no julgamento do mensalão, o que não ocorreu. Peluso completa 70 anos segunda-feira e será aposentado compulsoriamente.

— É um dos ministros mais esclarecidos, considerado pela corte como



Waldemir Barreto/Agência Senado

um dos mais competentes em criminalizar a matéria que está sendo debatida. Ele teria o direito de dar o seu voto, que seria ilustrativo para todos os demais — avaliou.

Simon lembrou que proposta (PEC 6/08) de sua autoria amplia para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal.



Seney ouve Renan Calheiros (2º à esq.), que propôs a retirada de pauta, e Eduardo Braga, que apoia a votação do projeto

Projeto sobre crimes *on-line* sai de pauta após polêmica

Senadores contrários à votação da proposta questionam a tramitação simultânea à discussão do novo Código Penal, para o qual uma comissão de juristas elaborou anteprojeto que também trata do assunto

SEM ACORDO EM Plenário, lideranças do Senado retiraram da pauta o projeto de lei da Câmara sobre crimes cibernéticos (PLC 35/12). Pela manhã, o texto havia sido aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e passado a tramitar em regime de urgência.

O projeto recebeu duras críticas por ter sido aprovado na CCT sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Além disso, senadores questionaram a votação do assunto ao mesmo tempo em que tramita o projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/12), que tem um capítulo sobre crimes cibernéticos.

Eduardo Braga (PMDB-AM) apoiou a proposta, apontando necessidade de segurança jurídica que garanta competitividade ao sistema financeiro. Ele salientou que as fraudes em sistemas eletrônicos causam perdas de R\$ 2 bilhões por ano. — A tipificação desses crimes

se dá apenas por analogia ao Código Penal, que data de 1940 — lembrou Braga, apoiado por Walter Pinheiro (PT-BA).

José Agripino (DEM-RN) mostrou estatísticas sobre crimes cibernéticos e ataques a caixas eletrônicos, afirmando que a cadeia para o “hacker esperto” pode até reduzir o *spread* e os juros bancários. Renan Calheiros (PMDB-AL), que propôs a retirada de pauta, chegou a duvidar que o *spread* bancário possa ser reduzido apenas com a aprovação da lei.

Ênfase no dinheiro

Pedro Taques (PDT-MT), relator da comissão especial do Código Penal, lamentou a ênfase maior no dinheiro do que na perda de vidas humanas. Ele disse temer que todos os dias sejam criados novos tipos penais “para agradar este ou aquele segmento”.

Além disso, Taques questionou a constitucionalidade

da tramitação, afirmando que a matéria deveria ter passado pela CCJ antes de ir a Plenário. Os opositores do projeto também disseram que, pelo Regimento Interno do Senado, todas as propostas relacionadas ao tema teriam de ser apensadas ao projeto do novo Código Penal.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) manifestou perplexidade com o esvaziamento da comissão especial do Código Penal, enquanto Tomás Correia (PMDB-RO) reforçou que o projeto vai “na contramão” do esforço de compilar a legislação penal e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) citou o esforço da comissão de juristas que sistematizou quase 130 leis.

O projeto, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), foi aprovado pela Câmara em maio, logo depois do vazamento na internet de fotos íntimas da atriz Carolina Dieckmann, fato com ampla repercussão.

Articulação de líderes havia garantido aprovação em comissão

A aprovação do projeto sobre crimes cibernéticos na CCT ocorreu depois da inclusão da matéria como item extrapauta, uma articulação que partiu dos líderes partidários para que o projeto chegasse a Plenário ainda ontem. Eles já apresentaram à Mesa pedido de urgência e, para acelerar a votação, a CCJ apresentou parecer diretamente em Plenário.

Quem sugeriu a inclusão do projeto na pauta do dia foi o próprio presidente da CCT, Eduardo Braga, que relatou o projeto na comissão. Ele destacou que houve consultas e entendimentos prévios na Casa para um acordo em relação ao teor das alterações que seriam feitas no texto.

Ainda na CCT, Aloysio disse que, de acordo com o Regimento Interno, qualquer matéria sobre temas penais deve ser examinada no âmbito da comissão especial de senadores que recentemente começou a examinar o projeto de reforma do Código Penal. O objetivo, disse o senador, é assegurar que os crimes e as penas sejam adequadamente balanceados no conjunto.

Delito cibernético mais grave pode resultar em prisão de até dois anos

Pelo projeto, o delito cibernético menos grave, tipificado como “crime de invasão de dispositivo informático”, será punido com prisão de 3 meses a 1 ano, além de multa. Condutas mais graves podem resultar em prisão de até 2 anos.

A menor pena será aplicada a quem violar indevidamente equipamentos e sistemas conectados ou não à internet, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização do titular, ou ainda para instalar vulnerabilidades.

Mesmo se tivesse sido votado e aprovado em Plenário, o projeto deveria retornar à Câmara para exame das modificações feitas no Senado. Uma das emendas renomeia o “crime de devassa” de dispositivo informático como “crime de invasão”.

Nesse tipo de crime, a pena básica pode ser acrescida de um sexto a um terço do tempo se a invasão resultar em prejuízo econômico; e de um terço se o crime for praticado contra um conjunto de autoridades, como os chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário, em todas as esferas federativas.

Nome para presidência da CVM é aprovado em comissão

O executivo Leonardo Porciúncula Gomes Pereira foi aprovado ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos, para a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ele recebeu 18 votos favoráveis depois de ser sabatinado e terá seu nome submetido ao Plenário.

O relator da indicação, Francisco Dornelles (PP-RJ), disse que o cargo de presidente da CVM assume maior importância no momento de crescimento do mercado de capitais brasileiros.

O senador disse esperar que o principal órgão regulador e fiscalizador do mercado de capitais continue atuando para aumentar a

transparência e a segurança do processo de emissão e colocação de títulos privados para o público. E para torná-los mais acessíveis, tanto a investidores institucionais quanto a pessoas físicas.

Questionado por Eduardo Suplicy (PT-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Lobão Filho (PMDB-MA), Porciúncula se comprometeu a trabalhar para aprofundar a transparência do mercado e aumentar a importância do órgão.

Ele espera ampliar o número de empresas com papéis no mercado brasileiro — hoje são 300. E informou que há países com economias similares à brasileira com 3 mil companhias abertas.



Porciúncula (E) é sabatinado na CAE, presidida por Delcídio do Amaral

Ferraço critica proposta que pode proibir isenção de ICMS

A Súmula Vinculante 89, proposta pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, foi criticada ontem por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). A proposta declara inconstitucionais as isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), se elas não forem unânimes no Conselho Fazendário Nacional (Confaz), composto por todos os secretários de Fazenda estaduais.

— A exigência de unanimidade no Confaz conduz a dois caminhos: ou a paralisia

ou o conflito pleno. Coloca-se uma pedra em qualquer debate e ignora situações muito próprias de cada um dos nossos estados — disse Ferraço, ressaltando que 400 mil empregos no país se devem a incentivos fiscais dos estados.

O senador afirmou que tal decisão terá efeito desastroso nas finanças de vários estados. Ele ressaltou que boa parte deles encontra nos incentivos o melhor caminho para atrair investimentos produtivos e para o desenvolvimento regional.

Amorim lembra emancipação de Itabaiana e de Capela

Eduardo Amorim (PSC-SE) comemorou o aniversário de emancipação dos municípios sergipanos de Itabaiana e Capela. Itabaiana, cidade natal de Amorim, tornou-se cidade em 28 de agosto de 1888 e comemorou, portanto, 124 de emancipação.

Segundo o senador, o município é o quarto maior do estado e conta com atividade agrícola diversificada, destacando-se na produção de mandio-

ca, batata-doce, tomate e cebola.

— Por tudo que Itabaiana e o seu povo representam para Sergipe e para o país, que-

ro dizer do meu grande prazer de ser itabaianense, e daqui homenagear a minha terra e a minha gente — disse o senador.

Eduardo Amorim homenageou também a cidade de Capela, emancipada na mesma data que Itabaiana. Capela, lembrou, tem 30.769 habitantes.



Moacira Maniz/Agência Senado

Criação de TRF em Minas Gerais passa em primeiro turno

Minas Gerais poderá ser o primeiro estado a ter um Tribunal Regional Federal exclusivo para as próprias demandas. É o que prevê proposta de emenda à Constituição (PEC 65/11) aprovada ontem em primeiro turno no Senado. Foram 58 votos favoráveis e 6 contrários.

Antes de ser encaminhada para análise da Câmara dos Deputados, a PEC ainda será submetida a votação em segundo turno no Senado, provavelmente em 12 de setembro, na próxima semana de esforço concentrado prevista para o período eleitoral.

A PEC, do senador Clésio Andrade (PMDB-MG), recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na CCJ, o relator, Aécio Neves (PSDB-MG), acolheu emenda que, na sua avaliação, soluciona as divergências quanto à constitucionalidade da criação do TRF da 6ª Região. Pela emenda de Renan Calheiros (PMDB-AL), o STJ terá de enviar ao Congresso, até 90 dias após a promulgação da PEC, projeto tratando da organização, estrutura e funcionamento do novo tribunal.

No entanto, José Pimentel (PT-MG) voltou a argumentar que a PEC é inconstitucional e abre precedente perigoso, pois apresenta vício de iniciativa. Ele alertou para o fato de que a criação de novos TRFs já foi tentada por meio da PEC 29/11, arquivada depois de questionamentos acerca da constitucionalidade. O caminho correto, explicou Pimentel, seria a criação do TRF por meio de projeto de lei complementar de iniciativa do Poder Judiciário.

Para Aécio, a criação do tribunal irá desafogar o TRF da 1ª Região, que teria 42% dos processos oriundos de Minas Gerais.

Aprovada doação de imóvel ao estado de Pernambuco

O Plenário do Senado aprovou, ontem, projeto que autoriza o Banco Central a doar ao estado de Pernambuco imóvel de 2.876 metros quadrados localizado na rua Siqueira Campos, em Recife. A proposta vai agora à sanção presidencial.

O senador Armando Monteiro, relator da proposta (PLC 74/12), argumenta que a medida consagra um encontro de interesses, retirando do patrimônio da União um imóvel "inservível e depreciado" e transferindo-o ao patrimônio estadual, que se propõe a reformá-lo e utilizá-lo.

— As instalações do Banco Central em Recife atendem perfeitamente às necessidades do órgão e não há nenhum interesse da instituição em reocupar o prédio cedido, nem tampouco promover uma reforma — explicou.

Relator da MP, Benedito de Lira fala em Plenário sobre medida que agora segue para promulgação



Wallemir Barreto/Agência Senado

Senado aprova R\$ 688 mi para áreas afetadas por seca ou chuvas

Medida provisória 569/12, aprovada em Plenário, abre crédito a três ministérios e compõe pacote do governo para combater os efeitos da seca no Nordeste e das chuvas intensas em outras regiões

O SENADO APROVOU ontem a Medida Provisória 569/12, que concede crédito extraordinário de R\$ 688 milhões para atender as populações de municípios do Nordeste atingidos pela seca e de outras regiões que sofreram com as chuvas. A MP, que abre crédito para os ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi relatada pelo senador Benedito de Lira (PP-AL) e segue para promulgação.

Do total, R\$ 400 milhões caberão ao Ministério da Integração Nacional

Crédito extra



para ajuda às vítimas, como compra de cestas básicas, agasalhos e abrigos emergenciais e distribuição de água em carros-pipa. No caso dos municípios atingidos por chuvas, os recursos serão usados para reforçar estruturas avariadas. O objetivo é evitar que os danos sejam irreparáveis.

Outros R\$ 50 milhões serão destinados ao Ministério da Defesa para custear ações de defesa civil nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública. Nesse sentido, o trabalho das Forças Armadas será usado em associação com os demais entes que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil.

Mais R\$ 238,5 milhões vão para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome garantir o acesso a creche para 350 mil crianças de até 4 anos de idade em extrema pobreza, beneficiárias do Bolsa Família.

A MP 569 compõe o pacote do governo para combater os efeitos da seca do Nordeste. Na terça-feira, o Plenário aprovou outra MP (565/12) que autoriza o Executivo a criar linhas de crédito especiais para os setores produtivos de municípios em situação de emergência..

Empréstimos externos de US\$ 1,22 bi passam em Plenário

Também foram aprovados ontem pelo Plenário oito projetos de resolução autorizando operações de crédito externo de estados, municípios e União com organismos multilaterais, no valor de US\$ 1,22 bilhão.

A maior operação, de US\$ 478,9 milhões, entre Mato Grosso e o Bank of America, ajudará o estado a reestruturar parte de suas dívidas. Como destacaram senadores do estado, Jayme Campos (DEM) e Cidinho Santos (PR), pela manhã, durante votação dos projetos na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a reestruturação vai liberar ao estado mais recursos para investimentos.

A segunda maior operação, de US\$ 394,5 milhões, a ser contratada com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), beneficiará o estado do Rio de Janeiro. Os recursos destinam-se ao Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Rio.

Três municípios também serão beneficiados. Recife deverá receber US\$ 130 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird — Banco Mundial) para financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública. Novo Hamburgo (RS) espera US\$ 23,9 milhões do Banco

Para onde vai o dinheiro

BENEFICIADO	VALOR (EM US\$)	DESTINAÇÃO
▶ MT	478.958.330,51	Reestruturar parte de suas dívidas
▶ RJ	394.500.000,00	Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro
▶ Recife	130.000.000,00	Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública
▶ RS	87.457.986,00	Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico de Porto Alegre
▶ Brasil	66.000.000,00	Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)
▶ Novo Hamburgo (RS)	23.910.000,00	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado
▶ Manaus	21.512.846,00	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).
▶ São Bernardo do Campo (SP)	20.280.000,00	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê

Interamericano de Desenvolvimento (BID) para programa de desenvolvimento municipal integral, no âmbito do Procidades. E Manaus foi autorizado a contratar com a Corporação Andina de Fomento (CAF) empréstimo de US\$ 21,5 milhões para financiamento parcial do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

Outra operação envolve US\$ 66 milhões do BID para o Brasil aplicar no financiamento parcial do Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Já a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (Ceee-D), do Rio Grande do Sul, deverá receber US\$ 87,4 milhões da AFD para cofinanciar, junto com o BID, programas de expansão e modernização do sistema elétrico de Porto Alegre e da área de abrangência do Grupo Ceee-Pró-Energia RS.

Foram aprovados ainda US\$ 20,2 milhões do Bird para São Bernardo do Campo (SP) e o estado de São Paulo aplicarem em programa de saneamento dos mananciais do Tietê.

Texto aprovado ontem pretende garantir renovação gradual dos titulares sem prejudicar a continuidade do serviço público e respeitando os investimentos já realizados

Ferraço apresentou substitutivo, que segue agora para a Comissão de Agricultura



Luiz de Paula/Agência Senado

Lúcia Vânia diz que hoje os avisos da TCU são arquivados depois de lidos na comissão



Luiz de Paula/Agência Senado

Comissão dispensa licitação para prorrogação de portos secos

OS PORTOS SECOS, serviço público que hoje precisa de licitação, podem passar para o regime de autorização, sem necessidade de concorrência pública. A mudança foi aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), de acordo com substitutivo do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 374/11, de Ana Amélia (PP-RS). Ambos se comprometeram a continuar as negociações sobre o texto, que ainda será votado em duas comissões do Senado.

Ferraço explica que seria inadequado aprovar o projeto como foi apresentado, por submeter os portos secos ao regime jurídico de mera atividade econômica, explorada por meio de autorização. Por isso, seu substitutivo permite que os atuais titulares de portos secos prorroguem as concessões sem licitação, para garantir a continuidade do serviço público e respeitar

investimentos já realizados e ainda não amortizados. Para o relator, isso possibilitará a renovação gradual dos titulares, sem prejuízo de licitações para novos portos secos.

O novo contrato, sem licitação, deverá obedecer ao prazo total de concessão, de 25 anos, mais dez anos. Esse novo contrato deverá ter como prazo máximo a diferença entre o prazo total de 35 anos e os prazos dos contratos em vigor.

A proposta será analisada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária antes da votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto original apresentado por Ana Amélia é bastante complexo, alterando seis leis federais e cinco decretos-leis que disciplinam o assunto. A matéria tem com 37 artigos, distribuídos por 25 páginas.

A senadora diz que a outorga por licitação tem sido insatisfatória por vários fatores. Em

primeiro lugar, “a movimentação e a armazenagem de mercadorias não estão sujeitas às regras determinadas pelo conceito de serviço público porque estão fora do alcance de atividades relacionadas com os serviços de infraestrutura aeroportuária, portos marítimos, lacustres e fluviais”.

Volatilidade

Além disso, a volatilidade do comércio exterior dificulta a realização de levantamento de demanda para o período de 25 anos. Ela acrescenta que a própria Receita Federal confessa não saber fazer o levantamento.

A autora do projeto disse ainda não haver interessados nas licitações dos pontos de fronteira com menor movimento de carga e que a licitação propicia impugnações administrativas e judiciais que retardam a outorga.

Ana Amélia lembrou que em 2010 o então senador Osmar

Dias informou que cinco dos seis portos secos com licitação concluída não tinham entrado em operação devido a disputas judiciais e que desde 2002 a Receita Federal não concluiu licitação de novos portos secos.

Ana Amélia diz querer que o investidor, ao destinar terreno privado para construir um porto seco, assuma todos os riscos inerentes ao negócio: a demanda de movimentação e armazenagem de mercadorias para exportação ou importação, as alterações dessa demanda no futuro, a depreciação dos ativos e a recuperação ou não dos investimentos realizados.

Segundo a senadora, há atualmente em funcionamento no Brasil apenas 65 portos secos, e uma maior fluidez nas outorgas de portos secos é ainda mais necessária porque, em 2013, vencerão muitas concessões e permissões já prorrogadas por dez anos.

Avisos do TCU serão analisados pela consultoria

A CI aprovou ontem que os avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sigam à Consultoria Legislativa do Senado, para análise e sugestão de iniciativa. A autora do ato normativo, Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CI, lamenta que atualmente esses avisos sejam lidos na comissão e encaminhados automaticamente ao arquivo.

A senadora argumenta que os avisos do TCU têm grande interesse para a comissão porque geralmente são acompanhados de farta documentação de auditorias e outras operações de fiscalização. Ela lembrou que ontem mesmo a CI recebeu avisos do TCU comunicando graves irregularidades detectadas em três portos e um terminal fluvial em construção no Amazonas.

O ato foi aprovado com emenda de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) determinando que todos os senadores tenham conhecimento de todos os avisos do TCU recebidos pela comissão.

A CI aprovou os projetos de lei da Câmara (PLCs) 94 e 125, ambos de 2007, que alteram o Plano Nacional de Viação para incluir municípios no traçado de rodovias em Rondônia e anel viário na divisa de Mato Grosso do Sul com São Paulo.

Na reunião foram também concedidas vistas a outros três projetos de lei.

Bauer: PT usa obra para beneficiar candidato a prefeito



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Bauer (PSDB-SC) denunciou o que classifica como ação eleitoreira do PT: o anúncio da duplicação de estradas durante o período eleitoral.

Bauer disse que, na campanha da presidente Dilma Rousseff, foi anunciada a duplicação da BR-280, em Jaraguá do Sul (SC), mas após a vitória a licitação foi cancelada. Retomada em 2011, a licitação foi novamente cancelada e aguarda até hoje o reinício do processo, acrescentou. De acordo com Bauer, agora o governo pretende anunciar a licitação para duplicar a BR-470.

— A data que está sendo anunciada para assinatura do edital é 13 de setembro, em Blumenau (SC), onde tem uma candidatura a prefeito do 13 [PT]. Isso é algo que não pode ser aceito. De novo, não — afirmou.

Nascimento critica governo federal por situação da BR-319



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alfredo Nascimento (PR-AM) criticou as condições precárias da Rodovia BR-319, “um dos principais eixos de consolidação do potencial econômico e social do Amazonas”. Segundo disse, é necessário recuperar cerca de 400 quilômetros no trecho entre Manaus e Porto Velho. O senador citou matéria do jornal *A Crítica* que aponta as péssimas condições de pontes em trechos destruídos nas últimas enchentes.

— A situação lastimável da BR-319 tende a agravar caso uma medida urgente não seja tomada — alertou.

Nascimento atribuiu o estado da rodovia à má vontade do governo federal. O projeto da BR-319 tramita no Ministério do Meio Ambiente há mais de seis anos, sem liberação da licença ambiental, salientou.

Há dinheiro, mas falta gestão com resultados, diz Cyro



Waldemir Barreto/Agência Senado

Não falta dinheiro público para administrar bem o país, mas uma gestão com foco nos resultados, segundo Cyro Miranda (PSDB-GO). Para o

senador, gerir com metas ainda é um desafio para a maior parte da administração pública brasileira.

Cyro Miranda ressaltou também a má distribuição dos recursos públicos, que prejudica o cidadão. Ele informou que nas próximas horas a arrecadação anual do governo federal em 2012 chegará a R\$ 1 trilhão, mas lamentou que quase a metade desse dinheiro seja usada para custear a máquina pública.

— O poder público administra mal o país e oferece péssima contrapartida aos cidadãos. O governo arrecada R\$ 4 bilhões de impostos por dia. Sua vontade é insaciável — afirmou.

Anibal cobra construção de ponte no rio Madeira



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) cobrou do Ministério dos Transportes rapidez na licitação para construção de ponte sobre o rio Madeira.

Segundo o senador, mesmo tendo sido prevista no Orçamento de 2012 dotação de R\$ 43,5 milhões para o empreendimento, o governo decidiu cancelar uma parcela inicial de R\$ 20 milhões destinada para o começo das obras.

— Parece difícil aceitar o fato de que o Ministério dos Transportes empenhou sua palavra, no ano passado, de que a obra da ponte do rio Madeira teria nova licitação e seria iniciada no primeiro semestre de 2012, mas, que agora, tudo ficou para depois — disse.

Anibal lembrou que a nova ponte não beneficiará apenas seu estado, mas também Rondônia e Amazonas.

Acordo entre governo e ruralistas restaura proteção a rios temporários e beneficia médios produtores ao regularizar atividades consolidadas em áreas de proteção

Comissão chega a acordo e MP do Código Florestal vai a Plenário

APÓS INTENSAS NEGOCIAÇÕES, a comissão mista que analisa a Medida Provisória do Código Florestal (MP 571/12) aprovou ontem, por unanimidade, acordo que determina a volta da proteção a rios temporários e a inclusão de emenda que diminui a faixa de áreas de preservação permanente (APPs) a ser recomposta por médios produtores rurais. Com o acordo entre os integrantes da comissão, os parlamentares afirmaram que o texto terá votação rápida nos Plenários da Câmara e do Senado.

Os rios temporários haviam sido excluídos do conceito de APP no início de agosto, quando a comissão mista aprovou emenda da bancada ruralista. A medida foi considerada absurda por vários parlamentares e pelo governo, levando o relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), a buscar acordo para recuperar o texto original.

O acordo exigia unanimidade, pois alterava decisão anterior da comissão, mas os deputados pelo DEM Ronaldo Caiado (GO) e Abelardo Lupion (PR) condicionavam seu apoio à inclusão de emenda para regularizar atividades consolidadas em APPs.

Ao final, os parlamentares aceitaram proposta da senadora Kátia Abreu (PSD-TO) que modifica a MP para prever que propriedades entre 4 módulos fiscais e 15 módulos fiscais deverão recompor apenas 15 metros de mata ciliar em rios com até 10 metros de largura — no texto original, a medida alcançava propriedades com até 10 módulos fiscais e a recomposição mínima era de



Deputado Caiado (D) discursa na reunião da comissão mista que aprovou acordos sobre destaques no Código Florestal

faixas de 20 metros.

Para propriedades maiores, a comissão aprovou regra prevendo a recomposição mínima de 20 metros e máxima de 100 metros de mata, conforme será estabelecido nos programas de Regularização Ambiental (PRAs), a serem implantados pelos governos estaduais.

Risco

Na avaliação do senador Jorge Viana (PT-AC), a comissão mista, ao manter a proteção a rios temporários, reparou um “erro gravíssimo”, que colocaria em risco todos os rios brasileiros. Para o parlamentar, as modificações feitas nas regras para recomposição de áreas desmatadas ilegalmente também foram acertadas.

— Elas estão de acordo com a lógica que garante a recomposição florestal e vão levar em conta as peculiaridades da bacia hidrográfica — disse, referindo-se à atribuição dos PRAs nos estados de determinar as faixas de recomposição de mata ciliar, dentro do mínimo e máximo fixado na lei.

Árvores frutíferas ou lenhosas poderão recompor APPs

Na reunião de ontem, a comissão mista também aprovou a inclusão no texto da MP 571/12 de regra prevendo a possibilidade de plantio de árvores frutíferas na recomposição de APPs. Também foi acatada a possibilidade de plantio intercalado de espécies lenhosas exóticas com nativas de ocorrência regional em até 50% da área total a ser recomposta nas propriedades familiares.

O relatório da MP que vai a Plenário prevê a recomposição obrigatória mínima de 15 metros de raio em volta de nascentes e olhos d’água perenes. No texto original, o mínimo de recomposição exigida para área desmatada em volta de nascentes variava de 5 a 15 metros de mata, conforme o tamanho da propriedade.

O acordo estabelece ainda como área de proteção permanente em vereda

uma faixa mínima de 50 metros a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

Não será considerada de proteção permanente a várzea fora dos limites de mata ciliar considerada como APP.

A comissão aprovou emenda para determinar que a recomposição obrigatória de APP em propriedades entre 4 módulos fiscais e 10 módulos fiscais não pode ultrapassar 25% da área total da propriedade.

No início de agosto, a comissão já havia aprovado emendas para excluir da lei o limite de 25% da área do imóvel rural que pode ficar em pousio (interrupção do cultivo para descanso da terra), para retirar o conceito de área abandonada do novo Código Florestal (Lei 12.651/12) e para incluir a definição de crédito de carbono na nova lei.

Para Souza, Congresso não fugiu a sua responsabilidade

Sérgio Souza (PMDB-PR) elogiou, no Plenário, o entendimento dos senadores e deputados que fizeram parte da comissão mista que analisou a Medida Provisória 571/12, que completa o novo Código Florestal (Lei 12.651/12).

— Chegamos a um consenso. Não é uma unanimidade, mas é o consenso que precisávamos para construir um texto que atende ao Brasil, no qual o país ganha por inteiro — avaliou.

De acordo com o senador, que compôs a comissão como titular, o Congresso Nacional “não se furtou à sua responsabilidade de cuidar do meio ambiente e conservá-lo, considerando a necessidade de produzir alimentos para o Brasil e para o mundo”.

— Nós precisamos de alimentos, nós precisamos do meio ambiente e sabemos que todos temos de ceder naquilo que podemos ceder e temos de buscar avançar naquilo que podemos avançar.



Souza: “É um consenso no qual o país ganha por inteiro”

Aviação agrícola critica carga tributária e preço de combustível

A alta carga tributária, o elevado preço dos combustíveis, a falta de linhas de financiamento para aquisição de aeronaves e a carência de mão de obra qualificada são as principais dificuldades enfrentadas pelos setores de aviação agrícola e de serviços auxiliares de transporte aéreo no Brasil. As queixas foram feitas durante debate na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), Nelson Paim, destacou que o Brasil tem a segunda maior frota mundial de aviação agrícola, com pouco mais de 1.600 aeronaves, atrás apenas dos

Estados Unidos.

Apesar de índices positivos de crescimento, a aviação agrícola é responsável por apenas 24% das áreas pulverizadas com defensivos no Brasil. Os principais entraves para o crescimento, apontou Nelson Paim, são a alta carga tributária e o elevado custo dos combustíveis. A aviação agrícola têm sofrido também “uma pressão ambiental muito grande”, de acordo com Nelson Paim, o que tem colocado em risco a atividade.

Os problemas se repetem nos serviços auxiliares de transporte aéreo no Brasil conforme o presidente da Helimarte Táxi Aéreo, Jorge Bitar Neto. O empresário

Paulistano, cuja companhia conta com 13 aeronaves entre aviões e helicópteros, alega ter dificuldades para fechar as contas no final do mês.

— Estamos sobrevivendo para continuar com a empresa aberta. Esperamos terminar o mês no zero a zero — disse Bitar Neto, citando os preços

dos combustíveis e os impostos como principais custos das empresas do setor.

O empresário também criticou a falta de subsídios do governo para aquisição de aeronaves.

O professor de Direito Aeronáutico da PUC de Goiás Georges de Moura Ferreira disse

esperar que as reivindicações saiam do papel.

— Depois que terminarem os trabalhos dessa subcomissão, quem vai dar continuidade? Temos muitos pensadores, precisamos de executores — disse Ferreira.

O colegiado é presidido por Vicentinho Alves (PR-TO).



Empresário Jorge Bitar Neto, professor Georges Ferreira e senador Vicentinho Alves ouvem Nelson Paim, da Sindag

Em audiência, integrantes da Comissão de Educação fazem apelo ao governo e a professores e funcionários das universidades públicas para que retomem as negociações

Senadores pedem diálogo pelo fim da greve

OS SENADORES PRESENTES à audiência pública sobre a greve de três meses nas universidades federais pediram ao governo que mantenha abertos os canais de negociação com os representantes dos professores e funcionários. Além da solução da questão salarial, argumentaram, também é necessário debater formas de evitar novas paralisações nos próximos anos. O debate ocorreu ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu uma negociação permanente entre o governo e os profissionais atualmente paralisados. O senador afirmou conhecer as dificuldades orçamentárias do governo, mas lembrou que recentemente o Poder Executivo concedeu mais de R\$ 20 bilhões em incentivos fiscais às montadoras de automóveis.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que as partes envolvidas promovam um esforço para alcançar o entendimento. O senador considerou importante examinar, ao mesmo tempo, a necessidade de normalizar a situação nas universidades, para evitar



Debate aponta necessidade de buscar forma para evitar que novas paralisações ocorram nos próximos anos

maiores prejuízos aos estudantes, e as “necessidades prementes” de erradicar a pobreza e promover o crescimento. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) criticou a decisão do governo de “encerrar unilateralmente” as negociações. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) — autora de um dos requerimentos para a realização da audiência, com Ana Amélia (PP-RS) — também pediu que “as partes tenham disposição de dialogar”.

A presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Marinalva Oliveira, criticou a interrupção das

negociações e disse que a greve continua forte. Ela informou que a proposta apresentada pelo governo foi rejeitada por todas as assembleias promovidas pelo sindicato. Pediu ainda que se estabeleça um cronograma de realização de concursos públicos para novos professores.

Almiran Rodrigues, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), disse que a entidade assinou acordo com o governo para o fim da greve, aceitando o reajuste de 15,8%, embora a proposta tenha sido

considerada “totalmente insuficiente”. Ele alertou que a federação quer discutir a questão da terceirização no serviço público, “em especial na universidade”.

O presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), Eduardo Rolim de Oliveira, também defendeu o fim da greve. Ele criticou, porém, o fato de os professores das universidades não terem direito a negociação coletiva, como os trabalhadores da iniciativa privada. A coordenadora-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais de

Educação Básica, Profissional e Tecnológica, Elane Mafrá, disse que valorizar o profissional da educação é necessário para que o Brasil se torne um país desenvolvido.

O presidente da União Nacional dos Estudantes, Daniel Iliescu, defendeu a destinação de 10% do produto interno bruto para a educação, por meio do uso de verbas dos *royalties* do petróleo e do Fundo Social que contará com recursos da venda de petróleo da camada pré-sal.

Governo

Representando o governo, o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Amaro Lins, disse que todos os docentes — entre os quais se incluiu — sairão da greve “de cabeça erguida”, uma vez que “ninguém na Esplanada” obteve os mesmos ganhos dos professores, em referência a outras categorias de funcionários públicos que entraram em greve. Ele fez um apelo aos professores para retomarem as atividades e disse que as discussões continuarão após a greve, sobre temas como a infraestrutura das universidades.

PEC do Sistema Nacional de Cultura vai para o Plenário

A criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O SNC trata-se de um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas na área cultural,

pactuadas entre a União, os estados e os municípios e a sociedade civil.

A proposta de emenda à Constituição (PEC 34/12) que cria o sistema foi relatada por Marta Suplicy (PT-SP). De acordo com a senadora,

o objetivo é estabelecer instrumentos de promoção de transparência e controle social para o setor, como conselhos e fundos de cultura.

Uma maior integração entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) na execução da política cultural foi outra meta traçada para o SNC elogiada por Marta.

“Tão importante quanto reconhecer os avanços dos últimos anos no âmbito da facilitação do acesso às fontes da cultura é reconhecer que a atuação do poder público tem sido limitada pela ausência de um sistema que articule as ações culturais dos três níveis de governo”, diz a senadora em seu relatório.

“Quando são analisadas

as medidas implementadas — na forma de planos, programas e projetos — nas três esferas de governo, percebe-se que iniciativas desarticuladas comumente resultam em perda de eficiência e desperdício de recursos”, observa Marta.

A matéria segue agora para dois turnos de votação no Plenário do Senado.

Ângela comemora lei de cotas em universidades



Ângela Portela (PT-RR) comemorou a sanção pela presidente da República do projeto de lei (PLC 180/08) que assegura metade das vagas de instituições públicas federais de nível superior a estudantes de escolas públicas. A matéria foi aprovada no Senado no início do mês.

A nova lei, disse, foi sancionada num período em que um projeto de expansão da rede de ensino superior federal vem superando décadas de atraso na educação brasileira.

— Nos últimos nove anos, com base nas diretrizes constitucionais de garantir a educação a toda a população, a educação evoluiu diante da maior ampliação da rede pública tanto do ensino superior quanto de educação profissional e tecnológica — disse.

Inácio: educação com 50% do Fundo Social do pré-sal



A destinação de metade dos recursos do Fundo Social às áreas de educação e de ciência e tecnologia foi defendida por Inácio Arruda (PCdoB-CE). Criado no final do ano passado, o Fundo Social tem entre suas principais fontes de receita recursos do petróleo da camada pré-sal.

O senador é autor de projeto com esse objetivo (PLS 138/11), já aprovado por unanimidade na Comissão de Educação, e que deve ser votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 11 de setembro.

Inácio ressaltou que, com a vinculação proposta, o Brasil estará investindo 10% do PIB em educação, o que, afirmou, “é fundamental para acelerar o desenvolvimento do país”.

Suplicy defende produção nacional de livros didáticos



Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou o crescimento acelerado da importação de livros didáticos, devido à menor incidência de tributos sobre a produção em outros países. Segundo o senador, o aumento em quase 70% das compras de livros no exterior tem aprofundado o déficit na balança comercial da indústria gráfica brasileira e reduzido os postos de trabalho. Os livros são importados principalmente da China, Índia, Coreia do Sul, Colômbia e Chile.

— Os livros importados não recolhem PIS e Cofins, caracterizando subsídio indireto ao importador. É importante que haja cuidado para que a natureza dos impostos sobre os livros no Brasil não seja de natureza a impedir a competitividade — ressaltou.

Wellington elogia estudantes do Piauí

O senador Wellington Dias (PT-PI) destacou, na terça-feira, a participação dos estudantes piauienses na 8ª Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas. Foram 7 medalhas de ouro, 8 de prata, 22 de bronze e 286 menções honrosas conquistadas pelos alunos do estado.

Segundo o senador, 30 mil estudantes foram homenageados pelo desempenho na olimpíada. Desse total, 500 foram agraciados com medalhas de ouro; 900 receberam medalhas de prata; e 1.802 ganharam medalhas de bronze. Os demais receberam menção honrosa.

De acordo com Wellington Dias, participaram da oitava edição da olimpíada 18,7 milhões de alunos, de 44.600 escolas públicas de todo o Brasil.

Comissão aprova regras para descarte de remédios

Projeto submete medicamentos de uso humano e veterinário ao sistema de logística reversa, pelo qual comerciantes e distribuidores devem receber dos consumidores os remédios que perderam validade

MEDICAMENTOS DE USO humano e veterinário poderão ser incluídos entre os produtos sujeitos ao sistema de logística reversa, que trata da coleta e restituição dos resíduos sólidos às empresas para reaproveitamento e destinação final ambientalmente adequada. Projeto de lei com esse objetivo, do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLS 148/11) altera a lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) para obrigar fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos medicamentos a assegurar sistema de logística reversa para que os consumidores possam devolver produtos que perderam a validade.

Ao justificar o projeto, o autor ressaltou que medicamentos são a primeira causa de intoxicação das pessoas na maioria dos países desenvolvidos e no Brasil. As principais vítimas, observou, são crianças menores de 5 anos.

O relator da matéria na CAS, senador Paulo Paim (PT-RS), explicou que a proposta vai contribuir para reduzir os riscos que os produtos descartados de forma inadequada



Texto aprovado na CAS, presidida por Jayme Campos, ainda vai a duas comissões

causam à saúde da população, bem como ao meio ambiente.

Segundo Paim, estudo do Departamento de Engenharia Ambiental da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro e da Faculdade de Ciências Farmacêuticas e Bioquímicas Oswaldo Cruz apontou que 75,32% das pessoas descartam medicamentos com o lixo doméstico. A pesquisa *Descarte de Medicamentos Vencidos por Usuários Residentes na Cidade de São Paulo*, publicada em 2007, entrevistou 1.009 pessoas.

Paulo Paim observou que a lei sobre resíduos sólidos já regulamenta de forma adequada o gerenciamento dos resíduos industriais e dos oriundos de serviços de saúde. No entanto, destacou

o relator, a lei não aborda o descarte de medicamentos pela população.

— Do ponto de vista da saúde pública, a medida é perfeitamente justificável, uma vez que contribuirá para a redução de envenenamentos acidentais de crianças por medicamentos, a redução da automedicação e do potencial dano ambiental decorrente do descarte inadequado dos medicamentos — disse.

A matéria ainda será examinada pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão terminativa — que não precisa obrigatoriamente passar pelo Plenário.

Imunização de meninas contra o HPV

A CAS também aprovou ontem projeto da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que estabelece a imunização de meninas de 9 a 13 anos contra o papilomavírus humano (HPV), pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Como foi aprovado na forma de substitutivo, o projeto será submetido à votação em turno suplementar.

O texto inicial do projeto (PLS 238/11) prevê imunização

para as mulheres de 9 a 40 anos. O substitutivo da relatora da matéria, senadora Marta Suplicy (PT-SP), porém, redefiniu para 9 a 13 anos o grupo prioritário para vacinação contra o HPV.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), argumentou a relatora, a vacinação em meninas nessa faixa etária é mais eficaz e representa maior economia para a saúde pública.

Marta observou que, apenas no primeiro ano, será exigido um orçamento maior para a vacinação — cerca de R\$ 600 milhões. Nos anos seguintes, o valor passa para R\$ 150 milhões, pois serão vacinadas somente as meninas que entrarem no grupo.

O substitutivo reforça a necessidade da prevenção, como o exame papanicolau, e de ações de combate ao câncer de colo do útero.

Davim lamenta gasto de R\$ 20 bi com doenças ligadas ao cigarro



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Davim (PV-RN) aproveitou a passagem do Dia Nacional de Combate ao Tabagismo, ontem, e chamou a atenção para a pesquisa *Carga das Doenças Tabaco-Relacionadas para o Brasil*, segundo a qual o SUS gastou, em 2008, mais de

R\$ 20 bilhões com 15 doenças ligadas ao fumo.

— Gastamos 0,5% do PIB com 15 patologias relacionadas ao consumo do cigarro — alertou. O senador pediu apoio a projeto de sua autoria (PLS 139/12) que proíbe a venda de cigarros em diversos locais, como estabelecimentos de ensino, supermercados e bancas de jornal.

Jayme propõe aceitação nacional de receitas médicas



Genaldino Magela/Agência Senado

Jayme Campos (DEM-MT) apresentou, em pronunciamento na terça-feira, projeto que permite a compra de medicamentos fora do estado em que foram prescritos.

O senador acredita que a aceitação da receita em qualquer parte do país reduziria os transtornos para quem usa medicação de uso contínuo.

Na opinião do parlamentar, a legislação que impede as farmácias de aceitarem receita prescrita por médico de outro estado é absurda e contraria a garantia do exercício da profissão em todo o território nacional.

Audiência vai discutir reajuste de valores pagos pelo SUS

O reajuste da tabela do SUS será tema de audiência pública na CAS, conforme requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS), aprovado ontem pela comissão.

Desde 1994, ressaltou, os preços dos serviços de análises clínicas não são reajustados, com exceção dos procedimentos hormonais. A defasagem na tabela, afirmou, gera dificuldades aos hospitais que oferecem atendimento pelo SUS. Biomédicos, bioquímicos e médicos patologistas, disse a senadora, pagam para realizar exames com as exigências impostas ao padrão de qualidade dos serviços.

Ana Amélia lamentou o fato de que governos das últimas duas décadas não tenham tomado providências para evitar a defasagem.

— Os hospitais que atendem ao SUS, em especial os filantrópicos, vivem na penúria e miséria, vilipendiados pelas diárias irrisórias que recebem nas internações e pelos valores pagos pelos procedimentos.

Regulamentação da profissão de cuidador de idoso é adiada

O projeto de lei que regulamenta a profissão de cuidador de pessoa idosa, que estava na pauta da CAS, recebeu pedido de vista coletiva e voltará a exame em outra data.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sugeriu análise mais aprofundada da matéria.

Apesar de reconhecer o direito dos senadores de conhecer melhor a proposta, a relatora, Marta Suplicy (PT-SP), lamentou não ter sido possível sua aprovação. Para a senadora, a regulamentação é importante para oferecer mais qualidade no atendimento aos idosos.

Segundo Marta, o substitutivo que apresentou ao projeto (PLS 284/11), do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), não vai interferir no exercício de outras profissões, como enfermagem. A legislação, disse, vai apenas formalizar a profissão.

Os senadores Paulo Davim (PV-RN) e Ana Rita (PT-ES) apoiaram a regulamentação.



Daniel Fuentes, senador Davim, Antonio Silva e Iane Kestelman na CDH

Profissionais de saúde pedem criminalização da psicofobia

Profissionais da área de saúde mental, em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), solicitaram a inclusão de emenda ao projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/12) para dar suporte a pessoas com esquizofrenia, bipolaridade, dislexia, autismo, ansiedade, transtornos alimentares e síndrome de Down. O tema do debate foi a criminalização da segregação de portadores de transtornos mentais, denominada de psicofobia.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Antonio Geraldo da Silva, 55 milhões de brasileiros sofrem de transtornos mentais e não possuem respaldo governamental para se tratar.

— A maioria dos pacientes está morando nas ruas ou nas cadeias. E não temos campanhas de prevenção. Os gastos

com a saúde mental são cada vez menores — afirmou Silva, ressaltando que o preconceito é preponderante na hora de o doente procurar tratamento e emprego.

— O paciente não se trata por receio de ser estigmatizado como louco. E chegam a pedir receitas sem identificação do psiquiatra, com medo de serem demitidos do trabalho — disse.

O senador Paulo Davim (PV-RN), que presidiu a reunião, já elaborou emenda ao projeto para estabelecer medidas e providências em casos de psicofobia.

Participaram também da audiência a presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção, Iane Kestelman; a vice-presidente da Associação Brasileira de Transtornos Afetivos, Helena Maria Calil; e o conselheiro da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia Daniel Fuentes.

Locador poderá ser dispensado de reparar danos a terceiros

Pelo projeto aprovado na CCJ, locadoras de veículos, por exemplo, não seriam obrigadas a pagar por prejuízos causados por locatários

PROJETO APROVADO ONTEM pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode livrar locadores da obrigação de contribuir solidariamente com indenizações em decorrência de danos causados a terceiros pelo locatário.

Hoje, quando há dano a uma terceira pessoa provocado pelo uso do bem alugado, o proprietário responde de forma solidária e pode ser obrigado a pagar por isso. Pela proposta (PLS 405/09), do ex-senador Renato Casagrande, a responsabilidade solidária só permanece quando o próprio

locador tiver causado o dano, seja por dolo (conduta intencional e de má-fé) ou culpa (inadvertência ou descaso).

É o que poderia ocorrer, por exemplo, quando um acidente com carro alugado ocorrer devido a defeito no veículo. A responsabilidade deixaria de existir, no entanto, se o motivo do acidente foi uma conduta imprópria do motorista.

Embora a medida se aplique a qualquer relação locatícia, a justificativa do autor está centrada no problema da locação de veículos. Nesse caso, a Súmula 492 do Supremo Tribunal Federal (STF)

vem servindo de base para responsabilização solidária das locadoras de veículos em acidentes com carros alugados pela clientela.

Ao adotar a súmula, o tribunal rejeitou o conceito de culpa, elegendo como fundamento o princípio da responsabilidade presumida do locador de veículo.

Tanto Casagrande quanto o relator da proposta, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), argumentam que o Direito Civil brasileiro não acolhe o fundamento da solidariedade presumida. Os senadores afirmam que o Código Civil

(Lei 10.406/02) define que “solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes”. Ou seja, é necessária lei definindo essa obrigação ou manifestação de vontade entre as partes, por meio contratual.

Para autor e relator, a controvérsia só persiste pela ausência, no próprio Código Civil, de outro dispositivo para prescrever que o locador não responde solidariamente. O projeto foi aprovado em decisão terminativa. Assim, se não houver recurso para votação pelo Plenário, seguirá direto para a Câmara.



Senador diz que há excesso de usuários e pouco investimento

Wellington critica qualidade da telefonia móvel

Wellington Dias (PT-PI) registrou a crescente insatisfação dos usuários de telefonia móvel. Ele destacou que as operadoras do serviço já ocupam os primeiros lugares em reclamações nos Procons.

O senador atribui as falhas no serviço ao excesso de usuários:

— Esse é um dos principais motivos da queda de qualidade dos serviços nas grandes cidades, onde houve uma explosão no tráfego de dados de internet nos últimos anos. Isso exige não só novas torres, como equipamentos mais potentes nos locais onde já existe infraestrutura.

Segundo dados apresentados pelo senador, nos Estados Unidos, há cerca de mil usuários por antena, enquanto no Brasil são 4.618 — média que, nos últimos dez anos, praticamente dobrou.

Wellington ressaltou que as operadoras de telefonia móvel investiram em infraestrutura até 2006, quando o ritmo caiu e o lançamento da tecnologia 3G aumentou a demanda por tráfego de dados.

Segundo o parlamentar, a situação é pior no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

— Teresina, capital do Piauí, é a campeã do descaso, onde a média é de 11.634 clientes por antena. Eu não consigo fazer uma ligação lá — protestou.

Comissão de Justiça aprova mudanças na incidência do ISS sobre publicidade

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto que exclui da base de cálculo do Imposto sobre Serviços (ISS) o valor da locação de espaço para veicular material publicitário e os descontos legais concedidos às agências de publicidade na contratação do serviço.

Por outro lado, a proposta (PLC 32/12) estabelece a incidência do ISS sobre a veiculação de publicidade em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos, rádio

e televisão. O autor, deputado Mendes Thame (PSDB-SP), argumenta que é preciso respeitar a imunidade tributária garantida a esses segmentos pela Constituição.

O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), deixou claro que a veiculação de publicidade deverá sofrer taxaço do ISS municipal, por exemplo, em espaços físicos como *outdoors* e placas publicitárias e em locações virtuais na internet. A matéria segue para a CAE.

Audiência discutirá responsabilidade sobre serviços postais de entrega de encomendas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará audiência sobre os serviços postais de entrega de correspondências e encomendas. A iniciativa é de Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador argumenta que não há definição legal sobre o que é carta, correspondência ou encomenda. Não está claro o que é privativo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT-Correios) e o que pode ser privatizado. A situação, segundo Simon, gera

insegurança jurídica.

— Tal vácuo legal tem interpretação divergente no âmbito do Poder Judiciário — disse.

Para debater o tema, o senador sugeriu o presidente dos Correios, Wagner Pinheiro; o presidente do Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas de São Paulo, Gilberto Santos; e o diretor da Associação Brasileira das Empresas de Distribuição, Antonio Juliani. A data da audiência ainda será definida.

Sancionada cota para alunos de escolas públicas

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem a lei que institui o sistema de cotas para alunos de escolas públicas nas universidades e escolas técnicas federais. Foi vetado um artigo do projeto (PLC 180/08) que deu origem à lei: o que estabelecia as notas obtidas no ensino médio como critério para seleção dos candidatos. O preenchimento das vagas reservadas deverá ser feito com base no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Pela nova lei, pelo menos 50% das vagas devem ser

reservadas para alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escola pública.

Segundo critérios comple-

mentares, metade dos alunos selecionados pela cota deverá ter renda familiar *per capita* igual ou superior a um salário

mínimo e meio. Dentro da cota mínima de 50%, haverá a distribuição entre negros, pardos e indígenas, proporcional à composição da população em cada estado. A política de cotas terá validade de dez anos a contar de sua publicação. As instituições de ensino terão quatro anos para implementar integralmente o novo sistema.

As regras e o cronograma de transição serão estabelecidos em regulamentação específica, ainda este ano, para que as universidades iniciem a adoção do sistema em 2013.



Dilma sanciona lei destinando 50% das vagas em universidades para cotas

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Com a nova fonte de financiamento, programa de assistência passa a ser nacional. Projeto estende apoio a familiares, também afetados pela rotina desses profissionais



Em sabatina presidida por Eunício Oliveira (D), Luiz Moreira respondeu a questões sobre denúncias de irregularidades

Conselheiro do CNMP tem vitória na CCJ

Por 11 votos a 9, a CCJ aprovou ontem a recondução de Luiz Moreira Gomes Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A matéria segue para o Plenário.

Moreira é alvo de denúncias que o acusam de vazamento de informações sigilosas, recebimento excessivo de diárias e uso indevido de carro oficial.

Para esclarecer as acusações, a comissão aprovou os depoimentos de Helio Telho Corrêa Filho, procurador da República em Goiás, e de Matheus Baraldi Magnani, procurador da República em São Paulo, a quem Luiz Moreira atribuiu as denúncias. O requerimento

foi apresentado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

José Agripino (DEM-RN) indagou se ele responde a processo por peculato no Ceará. Pedro Taques (PDT-MT) questionou sobre a distribuição direcionada de procedimento no Ministério Público; uso de carro oficial em 54 visitas ao Ministério da Defesa; recebimento de R\$ 106 mil em diárias; e vazamento de informações sigilosas no caso do promotor Leonardo Bandarra, acusado de corrupção.

Luiz Moreira disse ser vítima de uma trama corporativa. Em relação às denúncias anônimas, disse que foram

objeto de apuração no CNMP e acabaram arquivadas. Em relação aos conselheiros, disse que moveu reclamação disciplinar ante a Procuradoria da República em Guarulhos (SP).

Em relação às diárias, disse que mora em Belo Horizonte, mas que trabalha em Brasília. Sobre a atuação profissional, Moreira afirmou que todos seus atos são públicos.

— O Ministério Público não pode fazer campanha anônima, sobretudo atribuindo a um homem de bem condutas as mais vexatórias. Não vou me submeter à chantagem para ser reconduzido. Prefiro não ser conselheiro — afirmou.

Fundo pode financiar auxílio psicossocial a PM e bombeiro

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 97/08) de Renan Calheiros (PMDB-AL) que estabelece o financiamento, pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), de programas de assistência psicossocial para policiais e bombeiros militares, incluindo dependentes e cônjuges.

Após chamar a atenção para a rotina estressante desses profissionais, em constante situação de risco, Renan ponderou que o ritmo de trabalho deles pode levar a problemas psicológicos que afetam não só o comportamento dos policiais e bombeiros, mas também o relacionamento familiar.

Como a obrigatoriedade de oferta de assistência psicológica aos policiais militares já vem sendo cumprida por

muitos estados, Renan considerou necessário destinar parte dos recursos do FNSP para essas ações, conferindo, assim, caráter nacional à iniciativa.

Renan afirmou que o FNSP é um importante instrumento de política pública para pacificar relações sociais e combater a criminalidade e a violência.

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), considerou a proposta um incentivo à melhoria da qualidade da segurança pública. Já Benedito de Lira (PP-AL) lamentou a provável demora na tramitação de uma matéria como essa no Congresso. O relator substituto do PLS 97/08, Roberto Requião (PMDB-PR), também ressaltou o mérito da iniciativa.

Se não houver requerimento para votação pelo Plenário, o projeto seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Comissão aprova a criação de 76 cargos na Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho em Pernambuco e no Rio Grande do Norte poderá ser autorizada a criar 76 cargos efetivos na área de tecnologia da informação. Essa possibilidade está sendo aberta com a aprovação de dois projetos de lei (PLCs 52 e 69/12) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Relatado pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE), o PLC 52/12 cria 57 cargos efetivos de analista judiciário no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, sediado em Recife. O PLC 69/12 prevê 16 cargos efetivos de analista judiciário e três de técnico judiciário em tecnologia da informação para o TRT da 21ª Região, com sede em Natal. José Agripino (DEM-RN) foi relator da matéria. O PLC 69/12 foi aprovado em Plenário ainda ontem.

Também foi aprovado pela CCJ o PLC 74/12, que autoriza a doação de imóvel pertencente ao Banco Central, em Recife, ao governo de Pernambuco.

Adiada votação de projeto que amplia direito a porte de armas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a votação do projeto de lei (PLC 87/11) que autoriza agentes e guardas prisionais, integrantes das escoltas de presos e guardas portuários a portarem arma de fogo fora de serviço. O adiamento foi solicitado pela senadora Ana Rita (PT-ES), que defende o debate sobre o projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O relator, Gim Argelo (PTB-DF), é favorável à proposta.

Falta de acordo também levou à retirada de pauta da proposta de emenda à Constituição (PEC 1/12) que acaba com quase todos os impostos sobre produtos feitos com material reciclado ou reaproveitado. O pedido de vista foi aprovado após a leitura de parecer favorável à iniciativa, apresentado por Armando Monteiro (PTB-PE). O projeto é de Paulo Bauer (PSDB-SC). O objetivo, disse, é estimular o mercado de reciclagem e o reaproveitamento de materiais.

Armando quer simplificar registro de ocorrência policial



Marcos Oliveira / Agência Senado

Armando Monteiro (PTB-PE) defendeu projeto de sua autoria que cria o Boletim de Ocorrência Único. O texto está em análise na Comissão de Constituição e Justiça.

Pelo projeto (PLS 227/12), qualquer autoridade policial poderá registrar BOs, e não só delegados de polícia. A intenção é desburocratizar o registro das ocorrências.

— Hoje o cidadão é obrigado a ir à delegacia quando poderia ser atendido no local onde houve o incidente. Temos um sistema burocrático de registro de ocorrências policiais que em muito contribui para o fenômeno da subnotificação, que tanto prejudica o planejamento da segurança pública no país — argumentou o senador.

CCT acata reestruturação do sistema de proteção ao programa nuclear

O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), destinado a proteger a população, o meio ambiente e as instalações nucleares, deve ser reestruturado. O projeto com as novas normas (PLC 191/10) foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), em turno suplementar.

Como a decisão da CCT foi terminativa, caso não haja recurso para votação em Plenário, a matéria deve retornar

à Câmara dos Deputados, por ter sofrido alterações.

O texto, um substitutivo

elaborado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e apresentado pelo relator *ad hoc*

Valdir Raupp (PMDB-RO), foi aprovado em primeiro turno no início de julho.

De acordo com o substitutivo, haverá um órgão central, vinculado ao governo federal, com as atribuições de planejar, coordenar e supervisionar as atividades do Sipron. Também haverá órgãos de coordenação setorial, unidades operacionais e órgãos de apoio.

A regulamentação do Sipron, a ser estabelecida por decreto, especificará a estrutura organizacional. Convertido em lei, o projeto revogará o decreto que instituiu o Sipron.



Presidente da CCT, Eduardo Braga, coordena reunião: texto prevê órgão central para planejar as atividades do Sipron

Profissionais podem ajudar no combate à homofobia

Audiência destaca que o trabalho pelo fim do preconceito por orientação sexual e em defesa dos direitos humanos deve estar entre os compromissos de psicólogos, assistentes sociais e educadores

A IMPORTÂNCIA DA atuação de conselhos profissionais no combate à homofobia no país foi tema de audiência pública ontem na Comissão de Educação (CE). O debate foi motivado por reclamações contra “comportamentos que não condizem com a ética profissional nas mais diversas categorias”, explicou Marta Suplicy (PT-SP), que requereu a audiência. Para a senadora, essas condutas estão repercutindo entre pessoas que não conhecem regras e códigos e perpetuam o preconceito.

Pedro Paulo de Bicalho, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), citou pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2009, revelando que 70% dos homossexuais já foram encaminhados a um psicólogo para que os “curassem”. Metade deles foi levada pelos próprios pais. O coordenador do CFP enfatizou, porém, que, desde 1999, a homossexualidade não é mais considerada patologia.

— Uma série de profissionais ainda argumentam que os homossexuais os procuram voluntariamente. Vivemos num país homofóbico. É extremamente plausível que pessoas procurem os profissionais buscando se livrar do que é causa de preconceito, é causa de violência. Mas precisamos pensar qual seria nossa atuação ética: “curar” os homossexuais por viverem um desejo diferente do socialmente entendido como normal ou pensar em ações de combate a homofobia?

Bicalho cobrou também ações educacionais de combate ao preconceito. Um quarto dos alunos de escolas públicas diz que não gostaria de ter colegas homossexuais e 40% dos pais ou responsáveis não querem ver os filhos com colegas

homossexuais. Mais de 60% dos alunos não consideram violência bater em homossexuais e 15% acreditam que a homossexualidade é uma doença. Outro dado de levantamento da Universidade de São Paulo (USP) mostra que, dos altos índices de racismo, sexismo e homofobia registrados na população brasileira, apenas os dois primeiros diminuem com o aumento da escolaridade.

Ivanilda Figueiredo, assessora da Secretaria de Direitos Humanos, informou que o governo, em parceria com o CFP, começou a implantar comitês estaduais de combate à homofobia. Dos 5.500 municípios brasileiros, cerca de 500 contam com serviços contra a discriminação LGBT e apenas 12 têm conselho municipal para

tratar do tema. Para Ivanilda, os números representam um avanço, mas ainda são muito pequenos. Ela disse que, em 2011, foram comunicadas mais de 18 violações por dia de direitos humanos da população LGBT no país.

— Sabemos que há inúmeras outras violações que acontecem e não são reportadas a ninguém — acrescentou.

Segundo Raimunda Nonata Ferreira, primeira-secretária do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), a cada nova gestão na direção dos conselhos, um tema de combate ao preconceito é escolhido. Além da repercussão externa, relatou, as campanhas têm trazido resultados para os profissionais da área, como a edição da Resolução 489/06, que vedou condutas preconceituosas na atividade do assistente social, e, em 2011, a autorização para que o assistente social travesti ou transexual use o nome social no registro e na identidade profissional.

Debatedores pedem lei que criminalize ato preconceituoso

“O Brasil precisa de uma legislação contundente no combate à homofobia. Se não houvesse direitos sendo atacados, não precisaríamos de lei”, afirmou Patrícia Sanches, da Comissão de Direito Homoafetivo da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro (OAB-RJ).

No debate de ontem na CE, foi feito um apelo para que a população apoie a elaboração do Estatuto da Diversidade Sexual, projeto de lei de iniciativa popular. O texto precisa de 1,4 milhão de assinaturas para ser encaminhado ao Congresso, e está disponível no site www.estatuto-diversidadesexual.com.br.

O problema apontado pela OAB é que, sem uma lei federal, as decisões judiciais se baseiam nas leis vigentes e no entendimento pessoal de cada magistrado. Com o estatuto, ou outras leis que abordem a questão, o tratamento de todos os brasileiros passaria a ser igualitário, argumentou Patrícia. Ela mencionou dados do Censo do IBGE segundo o qual, em 2010, existiam 60 mil casais declarados homoafetivos no Brasil. Também cresceram os números de adoções de crianças por casais de mesmo sexo e de transexuais incluídos em programas de assistência do Sistema Único de Saúde (SUS).

Infelizmente, lamentou a advogada, as estatísticas também mostraram que foram computados no país, em 2011, 266 homicídios por homofobia.

Vanessa ressalta aumento no número de candidatas nas eleições municipais

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestou seu “orgulho e alegria” com o grande número de mulheres que disputam as eleições deste ano. Segundo números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a participação de candidatas às prefeituras e às câmaras municipais cresceu 85,8%.

— Do total de 408 mil candidatos, as mulheres repre-

sentam 31,45%. Ou seja, ultrapassamos a meta prevista na legislação, que é no mínimo 30% — disse.

A senadora lembrou que, em seu estado, há 2.420 candidatas, o que representa um crescimento de 178% em relação às eleições de 2008. Ela disse acreditar que o aumento foi influenciado pela eleição da presidente da República, Dilma Rousseff.



Waldemir Borreto/Agência Senado

ZPEs não vão competir com Zona Franca de Manaus, diz Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que as zonas de processamento de exportação (ZPEs) não vão concorrer com a Zona Franca de Manaus. A senadora explicou que o PLS 764/11, de sua autoria, possibilita que, nas ZPEs, as indústrias destinem percentual da produção ao mercado interno, o que levou alguns parlamentares a temer competição com Manaus.

Lídice explicou que o projeto flexibiliza a legislação das ZPEs para que as áreas se tornem uma possibilidade real. A senadora também registrou o aniversário da Lei da Anistia, que, afirmou, foi essencial na luta democrática do povo brasileiro.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Luiz Henrique comemora venda de carne suína ao Japão

Luiz Henrique (PMDB-SC) comemorou a abertura de mercado do Japão à carne suína produzida em Santa Catarina. O senador explicou que a aceitação por um mercado exigente como o japonês só foi possível devido à luta do estado em obter estrutura de vigilância sanitária eficiente.

A decisão, disse, é também relevante para o país porque o Japão é o maior importador de carne suína do mundo.

— Exportaremos, só para o Japão, 180 mil toneladas. Isso representa 30% do que o Brasil todo exporta desse produto e essa cifra é igual a toda a produção exportada de Santa Catarina — afirmou.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Sérgio Souza defende aumento da porcentagem de álcool na gasolina

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu o aumento da porcentagem de álcool na gasolina. Segundo o senador, se a quantidade de etanol for elevada de 20% para 25%, o Brasil deixará de importar 50% do que importa atualmente. Ele lembrou que o país vem aumentando significativamente a importação de álcool e de gasolina.

Em 2010, disse Souza, o Brasil importou 504,4 mil metros

cúbicos de gasolina e 74,5 mil metros cúbicos de álcool. Em 2011, foram 2,1 milhões de metros cúbicos de gasolina.

O senador assinalou que, embora o setor sucroalcooleiro tenha capacidade para quase dobrar a produção, as empresas têm dificuldade para obter recursos necessários a sua atuação. Na opinião de Sérgio Souza, é preciso adotar medidas para estabilizar o setor sucroalcooleiro.

Quatro audiências discutirão mudança de fuso horário no Acre e no Amazonas

A modificação dos fusos horários do Acre e de parte do Amazonas — do atual padrão “Greenwich menos quatro horas” para “Greenwich menos cinco horas” — será tema de quatro audiências na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O objetivo dos senadores é colher elementos para o exame do projeto de lei (PLC 63/11) que sugere a modificação.

O requerimento para o debate, aprovado ontem, foi sugerido por Anibal Diniz (PT-AC), relator da matéria.

Outra audiência pública aprovada debaterá a Política Nacional de Software e Tecnologias da Informação, conhecida como TI Maior. A reunião, sugerida por Walter Pinheiro (PT-BA), tratará do programa, que deve disponibilizar R\$ 486 milhões até 2015 para o setor tecnológico.



Pedro Paulo de Bicalho, Patrícia Sanches, Marta Suplicy, Raimunda Nonata, Ivanilda Figueiredo e Erika Kokay